

# PATRIMÔNIO E PODER: A OFICIALIZAÇÃO DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO BRASILEIRO NA DÉCADA DE 1930

## HERITAGE AND POLITICS: THE OFFICIALIZATION OF BRAZILIAN HISTORIC AND ARTISTIC HERITAGE IN THE DECADE OF 1930

**Maria Lucia Bressan Pinheiro**

*Universidade de São Paulo  
mlbp@usp.br*

### RESUMO

O presente trabalho analisa o processo de institucionalização efetiva da preservação do patrimônio histórico e artístico brasileiro na década de 1930, culminando com a criação, em 1937, do SPHAN — Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (atual IPHAN — Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), o primeiro órgão federal afeito à problemática. A abordagem adotada busca desnaturalizar tal processo, que costuma ser atribuído ao apreço das elites brasileiras pelas qualidades estéticas do barroco — particularmente, o barroco de Minas Gerais, e seu mais emblemático artista, o Aleijadinho. O estudo evidencia o inequívoco viés político de que se revestiu o processo, atrelado às marchas e contra-marchas relacionadas à ascensão de Getúlio Vargas ao poder, desde a Revolução de 1930 até o endurecimento do regime a partir da implantação do Estado Novo, em 1937. Em tal contexto, assume proeminência, como símbolo da identidade nacional, a cidade de Ouro Preto, locus da Inconfidência Mineira — principal movimento separatista do período colonial — e berço do Aleijadinho — único artista colonial de incontestado prestígio então. O trabalho contou com apoio do CNPq — Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil.

### PALAVRAS-CHAVE

**Preservação do patrimônio | SPHAN | IPHAN | Ouro Preto | Estado Novo**

### ABSTRACT

The present paper analyzes the process of institutionalization of the preservation of Brazilian historic and artistic heritage in the 1930s, culminating in 1937, with the creation of SPHAN — Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (National Historic and Artistic Heritage Service), current IPHAN — Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (National Historic and Artistic Heritage Institution), the first federal agency to address the issue. The adopted approach aims to denaturalize the process, which is often solely attributed to the appreciation of the Brazilian elites for the aesthetic qualities of Baroque — particularly, the baroque of Minas Gerais, and its most emblematic artist, Aleijadinho. The study highlights the clear political bias which pervaded the process, directly related to the advances and counter-advances concerning the rise of Getúlio Vargas to power, from the revolution of 1930 to the implementation of the dictatorial regime known as “New State”, in 1937. In this context, the city of Ouro Preto, locus of the Inconfidência Mineira — the main separatist movement of the colonial period — and birthplace of Aleijadinho, the only colonial artist of undisputed prestige, assumes prominence as a symbol of national identity. The research work was supported by CNPq-Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Brazilian Council for Scientific and Technological Development).

### KEYWORDS

**Heritage preservation | SPHAN | IPHAN | Ouro Preto | New State**

No Brasil, as primeiras iniciativas de busca e valorização das raízes nacionais em bases propositivas datam da década de 1920, impulsionadas pela exortação nacionalista de Ricardo Severo<sup>1</sup> e José Mariano Filho<sup>2</sup>, e pelo Centenário da Independência do Brasil. São propostos então os primeiros projetos de lei voltados à proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, apresentados por políticos e intelectuais oriundos dos estados brasileiros de mais rico patrimônio artístico, como Pernambuco, Minas Gerais e Bahia (Pinheiro:2011). Entretanto, naquele momento, prosperaram apenas as propostas de âmbito estadual, caso da Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais da Bahia, criada em 1927, e da Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais de Pernambuco, em 1928.

O tema repercutia também nos meios intelectuais e acadêmicos brasileiros, evidenciando-se num interesse pelas manifestações artísticas e arquitetônicas do período colonial. Nesse sentido, cabe destacar as excursões técnicas realizadas pelos alunos da Escola Politécnica de São Paulo a Minas Gerais, ao longo da década de 1920; e as viagens de estudantes de arquitetura do Rio de Janeiro para estudo e registro da arquitetura mineira, patrocinadas em 1924 pela Sociedade de Belas Artes, sob a direção de José Mariano Filho. Nestas viagens, Ouro Preto era parada obrigatória (Pinheiro, 2011a).

Cabe mencionar, ainda, a chamada “Viagem de Descoberta do Brasil” — a excursão a Minas Gerais realizada em 1924 por um grupo de artistas e intelectuais modernistas de São Paulo — como Mário de Andrade<sup>3</sup>, Tarsila do Amaral, Oswald de Andrade, entre outros — a ciceronear o escritor franco suíço Blaise Cendrars, então em visita ao Brasil (Calil, 2006).

Nesse sentido, é significativo que a década se encerre sob a égide do Bi-Centenário do prestigiado escultor mineiro Antônio Francisco Lisboa — o Aleijadinho —, celebrado em 30/08/ 1930. A efeméride inspirou o deputado José Wanderley de Araújo Pinho, membro do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, a retomar as até então infrutíferas propostas preservacionistas em nível federal, apresentando, em 29/8/1930, um projeto de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional bastante avançado. Entretanto, o projeto foi tornado sem efeito pela dissolução do Congresso Nacional pela eclosão, em novembro, da Revolução de 1930, que pôs fim também à vigência da Constituição de 1891 (MEC/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1980:15). Não obstante, a proeminência de Ouro Preto como *locus* da memória identitária nacional e o virtuosismo de seu mais celebrado artista são incontestáveis, possibilitando, inclusive, sua transmutação em capital político, como pretendemos demonstrar.

## A REVOLUÇÃO DE 1930

Para entender essa transformação, é necessário retomar, ainda que em linhas gerais, a conjuntura política brasileira da década de 1920, caracterizada por uma aliança política entre os estados de São Paulo e Minas Gerais, que permitia o revezamento de seus representantes no poder central ao longo de grande parte da Primeira República (1889-1930). Conforme tal acordo político, era previsível a eleição do governador de Minas Gerais, Antônio Carlos, à presidência do Brasil, nas eleições de 1930, sucedendo ao presidente Washington Luís, ex-governador do Estado de São

Paulo. No entanto, Washington Luís rompeu o acordo estabelecido com Minas Gerais, defendendo a candidatura à presidência do Brasil do então governador do estado de São Paulo, Júlio Prestes, em vez de apoiar Antônio Carlos.

O rompimento da aliança entre São Paulo e Minas ensejou a aproximação entre os estados de Rio Grande do Sul (terra de Getúlio Vargas), Paraíba e Minas Gerais, levando à formação da Aliança Liberal, coalisão política criada para disputar a eleição de 1930 contra

1. Sobre o papel do engenheiro português Ricardo Severo na valorização da arquitetura colonial brasileira, ver Pinheiro, 2011b.  
2. Um dos mais destacados entusiastas das ideias de Ricardo Severo era o escritor Mário de Andrade, mentor intelectual do evento modernista conhecido como Semana de Arte Moderna de 1922; o então estudante de arquitetura Lucio Costa fazia parte do círculo de adeptos de Severo no Rio de Janeiro, centrado na figura de José Mariano Filho (Pinheiro, 2011a).



Figs. 01, 02. Desenhos realizados pelos alunos da Escola Politécnica de São Paulo em suas excursões a Minas Gerais. À esquerda, o Profeta Jeremias, obra do Aleijadinho em Congonhas do Campo, em gravura de José Maria da Silva Neves; à direita, Chafariz em Ouro Preto, desenhado por Marcial Fleury de Oliveira. Fonte: Boletim do Instituto de Engenharia, 63 (agosto 1930), 59-62.

a manobra de Washington Luís. O complexo conjunto de articulações, marchas e contramarchas que caracterizaram tal conjuntura acabou por resultar no episódio conhecido com Revolução de 1930, que levou à ascensão de Getúlio Vargas à presidência do Brasil, e é neste quadro que se pode entender o sucesso de várias iniciativas preservacionistas no Brasil na década de 1930, em contraste com os fracassados embates da década de 1920.

Desse ponto de vista, um episódio bastante significativo teve lugar já em setembro de 1929, em plena crise política desencadeada pelo rompimento da aliança entre São Paulo e Minas Gerais. Trata-se da visita que

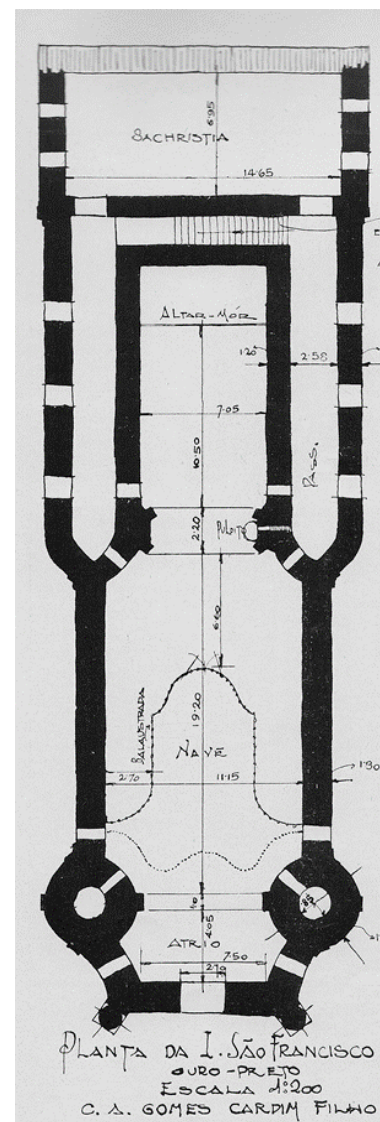
os deputados do Rio Grande do Sul João Batista Luzardo e Joaquim Francisco de Assis Brasil<sup>4</sup> fizeram a Ouro Preto em companhia do deputado mineiro Virgílio de Melo Franco<sup>5</sup> (Lima, 2015: 195).

A presença, naquele momento crítico, dos deputados gaúchos em Ouro Preto já era em si inusitada; mais inusitada ainda foi a proposta apresentada por Luzardo à Câmara dos Deputados, apenas quinze dias depois. Com efeito, em meio a turbulentas articulações políticas, o gaúcho propôs a formação de uma comissão de deputados para formular um projeto de lei federal voltado à proteção do patrimônio de Ouro Preto (Lima, 2015: 195).

3. Esta viagem propiciou o encontro entre Mário de Andrade e alguns intelectuais modernistas mineiros que, na década de 1930, integrariam o Ministério da Educação e Saúde Pública — MESP, como Gustavo Capanema e Carlos Drummond de Andrade, aspecto de grande importância futura, como veremos.

4. João Batista Luzardo era um importante articulador político de Vargas; Assis Brasil foi nomeado Ministro da Agricultura do Governo Provisório (Vargas, 1995).

5. Avô de Rodrigo Melo Franco de Andrade, que seria o primeiro diretor do SPHAN.



Figs. 03, 04. A Igreja de São Francisco de Assis, em Ouro Preto, projeto atribuído ao Aleijadinho (fot. da autora, 2015). À direita, planta da mesma igreja desenhada por Carlos Alberto Gomes Cardim Filho, aluno da Escola Politécnica de São Paulo. Fonte: Boletim do Instituto de Engenharia, 63 (agosto 1930), 59-62.

O episódio assinala uma inusitada aproximação, proposta por um deputado gaúcho, entre a Câmara dos Deputados (nível federal), e as instâncias estadual e local, articulada em torno da proteção de Ouro Preto — única cidade a reunir então condições suficientes para merecer tal distinção, em nível nacional.

A cidade tinha passado por um conjunto de obras de recuperação de seu patrimônio arquitetônico e urbano entre 1926 e 1928, patrocinadas pelo governador do estado de Minas Gerais, Antônio Carlos, de conhecidos pendores preservacionistas. Assim, torna-se plausível a hipótese de que a preservação do patrimônio de Ouro Preto tenha sido incluída entre as estratégias de aproximação do grupo varguista do Rio Grande do Sul junto a Antônio Carlos, cujo apoio era

indispensável para viabilizar qualquer pretensão de tomada do poder central. E tal apoio foi dado, viabilizando o sucesso da Revolução de 1930, cujo impacto foi generalizado em todas as instâncias da vida nacional.

Portanto, embora a proposta de Luzardo não tenha sido aprovada, ela assinala um momento em que a preservação do patrimônio começa a ser valorizada como moeda de troca no jogo político.

Esse ponto de vista se reforça diante do fato de que a proeminência de Ouro Preto como patrimônio histórico e artístico brasileiro não foi abalada, e sim reforçada com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder. De fato, prestigiar a cidade somava-se às demais estratégias para a estabilização do novo regime, que



Fig. 05. Igreja do Rosário de Ouro Preto em obras durante a administração de Antônio Carlos, c. 1928. Fonte: *Ilustração Brasileira*, 104 (abril 1929), s/p.

não podia prescindir do apoio político mineiro. Por outro lado, a característica ímpar de *locus* da Inconfidência Mineira assegurava a Ouro Preto uma posição de honra no panteão da simbologia nacional,

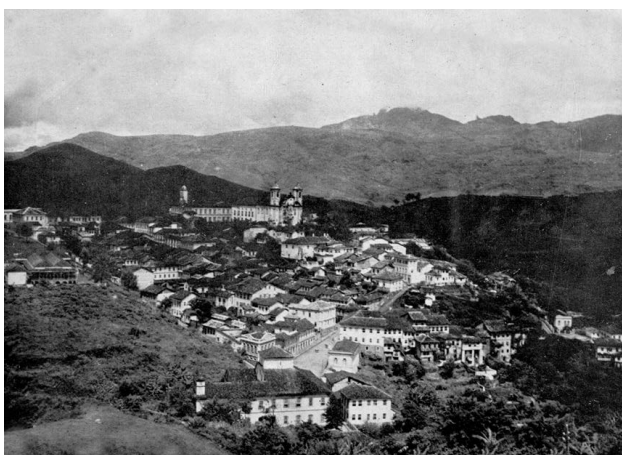
sobrepondo-se a interesses regionais — o que também convinha a Vargas, que pôs em prática uma política de fortalecimento do poder central em detrimento das lideranças estaduais.

## OURO PRETO, MONUMENTO NACIONAL

Tal contexto ensejou imediatamente outras iniciativas ouro-pretanas, como a criação do Instituto Histórico e Geográfico de Ouro Preto, em 29/08/1931, na qual assumiu protagonismo o advogado mineiro Vicente Racioppi, entusiasta do patrimônio físico e moral da cidade (Lima, 2015: 204; 206). Em 1933, Racioppi<sup>6</sup> propôs "...desengavetar a ideia do deputado João Batista Luzardo, que elevava Ouro Preto à condição de

Monumento Nacional" — sugestão acolhida por Vargas através do Decreto No. 22.928, de 12 de julho de 1933, que "...constituiu a primeira lei federal sobre a matéria e que, embora de alcance restrito pelo seu objetivo, teve grande significação por haver assinalado a decisão dos poderes públicos nacionais de iniciarem uma política nova" (Andrade, 1952:45-46).

6. Racioppi encontrou-se pessoalmente várias vezes com Vargas, conforme comprovado pelos diários do presidente (Vargas, 1995).



**Figs. 06, 07.** Aspectos de Ouro Preto no início do século XX. Acima, vista geral da cidade aos pés da Igreja do Carmo; abaixo, a Praça Tiradentes, dominada pelo antigo Palácio dos Governadores (atual Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto). Fonte: Ilustração Brasileira, 104 (abril 1929), s/p.

Mais tarde, Rodrigo Melo Franco de Andrade (RMFA), já na qualidade de diretor do SPHAN, algo ingenuamente, referiu-se ao episódio da seguinte forma: “Dissolvido o Congresso Nacional pelo movimento revolucionário de Outubro de 1930, inaugurou-se no Brasil um regime discricionário que poderia ter facilitado a organização conveniente e rápida da proteção ao patrimônio histórico e artístico do país. Entretanto, este não se beneficiou das facilidades que o regime lhe poderia proporcionar para sua proteção senão após 3 anos de vigência daqueles poderes discricionários. Só em 1933, surgiu uma sugestão propícia e foi promulgado o Decreto No. 22.928, de 12 de julho, que constituiu a primeira lei federal sobre a matéria e que, embora de alcance restrito pelo seu objetivo, teve grande significação por haver assinalado a decisão dos poderes públicos nacionais de iniciarem uma política nova” (Andrade, 1952:45-46, grifo nosso).

Assim, apesar da naturalização do episódio nos estudos sobre a trajetória da preservação no Brasil, que costumam atribuir a patrimonialização de Ouro Preto apenas à qualidade de sua arquitetura barroca, o processo reveste-se de conotações políticas inequívocas, que esclarecem sua nova dinâmica.

De fato, tudo indica que o governo estava começando a se aperceber dos dividendos políticos que a preservação do patrimônio poderia trazer, pois, um ano depois da elevação de Ouro Preto a Monumento Nacional, Vargas aprovou o Decreto no. 24.735 de 14 de julho de 1934, atribuindo ao Museu Histórico Nacional (MHN) a função de inspecionar os imóveis classificados como monumentos nacionais<sup>7</sup>. Atendia assim a uma sugestão do diretor do MHN, Gustavo Barroso, figura importante do Partido Integralista, de cujo apoio o presidente não podia prescindir<sup>8</sup>.

Muito mais significativa da valorização política da preservação do patrimônio foi a promulgação, em 16/07/1934 — apenas dois dias depois do decreto relativo ao MHN —, da Constituição de 1934, a primeira carta a incluir entre seus dispositivos a proteção do patrimônio histórico e artístico do país, através do seu artigo 148, que dispõe: “Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio histórico e artístico do país”.

7. Talvez por analogia com as Inspetorias Estaduais então existentes, tornou-se costumeiro referir-se a essa atribuição do MHN como uma Inspetoria dos Monumentos Nacionais. Porém o decreto apenas alterava o regulamento do MHN, sem criar nenhuma seção ou repartição nova, muito menos um órgão autônomo (Andrade, 1952:46).

8. Após o período do Governo Provisório, Vargas foi eleito presidente pela Assembléia Constituinte em 16/07/1934; a emissão do Decreto no. 24.735 em 14 de julho de 1934, apenas dois dias antes das eleições, parece sugestiva.

Tal medida inédita, que implicava em restrições aos direitos individuais dos proprietários — o que sempre constituía um dos principais entraves à aprovação de quaisquer medidas ligadas à proteção do patrimônio brasileiro —, sem precedentes imediatos a indicar qualquer tipo de mobilização a seu favor, corrobora o viés oportunista da proposta, em termos de estratégia de ampliação da base de apoio político a Vargas, especialmente junto aos intelectuais mineiros.

Tornava-se assim indiscutível o novo status atribuído à preservação patrimonial, e certamente não seria coincidência a grande mudança verificada apenas dez dias depois no Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), ao qual estava afeita a questão. De fato, em 26/07/1934, assumiu a pasta o mineiro Gustavo Capanema, que logo viria a imprimir uma guinada decisiva nos rumos da cultura e da preservação no Brasil, como veremos.

## O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA (MESP) E O DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CULTURA DE SÃO PAULO (DMC)

Muito se poderia escrever sobre a mudança de orientação no MESP sob Capanema, cuja mais vistosa realização seria a construção da nova sede para o ministério — ícone da arquitetura moderna brasileira, com projeto elaborado por equipe chefiada por Lucio Costa, assessorado por Le Corbusier. Do ponto de vista privilegiado aqui, entretanto, importa destacar o interesse demonstrado por Capanema, desde o início de seu mandato, pelo que estava acontecendo em São Paulo, na área cultural. Tal atitude afigurava-se inusitada, após a traumática derrota de São Paulo na Revolução Constitucionalista de 1932 — na verdade, uma guerra civil entre o estado de São Paulo e o restante do Brasil, ocasionada pela reivindicação dos paulistas pela aprovação de uma nova constituição.

Ocorre que, enfraquecidos pela guerra, os paulistas voltaram-se ao fortalecimento de instituições acadêmicas, científicas e culturais, como forma de recuperar a ascendência do estado perante a nação brasileira. A conjuntura político-intelectual iniciada em 07/09/1934, com a nomeação de Armando de Sales Oliveira no governo do estado e Fábio Prado na prefeitura da capital, propiciou a realização dessa estratégia, da qual a fundação da Universidade de São Paulo, em 1934, é emblemática.

Entretanto, outra iniciativa inovadora, embora menos conhecida, parece ter atraído a atenção de Gustavo Capanema: o Departamento Municipal de Cultura de São Paulo (DMC), uma instituição moderna e dinâmica, com

uma visão abrangente e inclusiva de cultura, planejada por um grupo de intelectuais paulistas liderados pelo jornalista Paulo Duarte, criada provisoriamente em maio de 1935 e dirigida pelo escritor Mário de Andrade (Duarte, 1985:343). No dizer de Antônio Cândido, o DMC procurava, mais do que “rotinizar a cultura”, “arrancá-la dos grupos privilegiados para transformá-la em fator de humanização da maioria, através de instituições planejadas” (In Duarte, 1985:XIV-XV). Assim, estavam sendo realizadas atividades como: construção de parques infantis “onde se cantavam e se representavam as canções populares e o que de melhor o folclore do Brasil podia inspirar”; organização de um sistema de bibliotecas, com dotações regulares para compra de acervos; restauração de documentos históricos para publicação; recenseamentos socioeconômicos da população; etc. (Duarte, 1985:34-35).

Em setembro de 1935, o ministro Capanema — que conhecia Mário de Andrade desde 1924, quando da mencionada viagem do paulista a Minas Gerais — convidou-o a integrar a equipe do MESP, no Rio de Janeiro; convite que foi recusado (Andrade, 1988:177-178). Este já era o segundo convite que lhe dirigia o ministro: o primeiro fora feito em dezembro de 1934, quando, poucos meses depois de assumir o Ministério, Capanema convidara Mário a elaborar um anteprojeto de lei de proteção à arte no Brasil — convite igualmente recusado (Andrade, 1988:173, 175). Esta pouco conhecida iniciativa de Capanema sugere sua insatisfação quanto à atuação do MHN — ou de seu diretor, Gustavo Barroso, com quem não parecia compartilhar



Fig. 08- A Igreja do Embu, antes de ser restaurada pelo SPHAN. Fonte: *Acrópole*, 50 (junho 1942), p.72.

quaisquer afinidades políticas ou culturais — no que tange à inspeção dos monumentos nacionais.

De fato, até a primeira metade de 1935, Gustavo Barroso negligenciara suas novas atribuições no MHN. A partir de então, porém, tomou a sério a inspeção dos monumentos nacionais — os quais, naquele momento, localizavam-se todos em Ouro Preto, único Monumento Nacional oficial —, elaborando um “Plano de Restaurações” de pontes, chafarizes e igrejas, com a colaboração do engenheiro Epaminondas de Macedo, com

quem já trabalhara anteriormente na cidade (Barroso, 1955:19). A contratação de Macedo — que pertencia aos quadros do Departamento dos Correios e Telégrafos —, enfrentou diversos entraves burocráticos que indicam a falta de apoio do Ministro Capanema às atividades de Barroso, e só se efetivou em novembro de 1935, quando foram iniciadas as obras, concluídas em julho de 1937. Raras vezes mencionado, este trabalho foi, portanto, feito em paralelo à criação do SPHAN e à sua progressiva institucionalização.

## A CRIAÇÃO DO SPHAN “EM BASES PROVISÓRIAS”

Entrementes, tendo recusado os convites do Ministro Capanema, Mário de Andrade permanecia em São Paulo, enfrentando o desafio de pôr em funcionamento rotineiro as várias atividades previstas para o Departamento Municipal de Cultura (Duarte, 1985:34). Eis que, no início de 1936, Mário recebeu um telefonema do próprio ministro, solicitando a sua colaboração para organizar “um serviço nacional para a defesa do nosso extenso e valioso patrimônio artístico” (MEC/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1980:22). Desta vez, o convite foi aceito, e o prazo, cumprido. O anteprojeto elaborado por Mário de Andrade — voltado às questões conceituais relativas ao patrimônio e a sua preservação — foi submetido a Getúlio Vargas em 13/04/1936 e por ele aprovado em 19/04/1936, data em que começou, portanto, a funcionar o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional “em bases provisórias”, conforme as palavras de Gustavo Capanema (Andrade, 1952:59).

É curiosa esta sequência de acontecimentos, tendo em vista que, poucos meses antes, em 1935, o deputado José Wanderley de Araújo Pinho reapresentara à Câmara dos Deputados seu já mencionado projeto de lei de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, cuja tramitação nas casas do parlamento fora interrompida devido à eclosão da Revolução de 1930. Neste momento, a despeito de sua qualidade, e de sua coerência em relação ao disposto no artigo 148 da Constituição de 1934, o projeto foi rejeitado (MEC/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1980:17).

Nova mudança ocorre em 23/07/1936, três meses depois da criação do SPHAN “em bases provisórias”: Rodrigo Melo Franco de Andrade (RMFA), ex-chefe de gabinete de Capanema, então nomeado diretor do recém-criado órgão de preservação, encaminhava ao ministro um novo “anteprojeto de lei especial de proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional e de organização do respectivo serviço”, elaborado por ele e voltado à regulamentação da atuação do SPHAN, especialmente do ponto de vista jurídico. Tratava-se, portanto, de um documento de natureza

completamente diversa do projeto elaborado por Mário de Andrade, que não abordava quaisquer aspectos relativos ao embasamento legal das medidas propostas.

Informado pelo próprio Rodrigo de que seu anteprojeto tinha sido substituído por outro, de caráter muito diverso, Mário anunciou ao diretor que seu amigo, o deputado Paulo Duarte, outro entusiasta do patrimônio histórico paulista, tinha sugerido ao interventor do estado de São Paulo, Armando de Sales Oliveira, a criação de um “organismo mais ou menos idêntico” ao SPHAN no estado “e de acordo com o projeto [dele, Mário]”, proposta bem recebida por Sales Oliveira (Carta de 23/09/1936, in Andrade, 1981:62).

Também tomou a iniciativa de incluir a preservação do patrimônio histórico e artístico do município de São Paulo entre as competências da Diretoria do DMC, tendo por base o anteprojeto abandonado. Em carta a Rodrigo, justificou tal providência da seguinte forma: “...já no Ato recente, de consolidação dos departamentos municipais, eu pus entre as competências do DMC, na Diretoria, organizar o tombamento artístico e histórico do município, um simples item<sup>9</sup>, pra que a coisa fique sob a minha orientação geral, e não desvirtue o espírito em que, sei, foi criado pelo Capanema”. Fez questão, porém, de frisar que não tivera “...a mais mínima intercessão na ideia de se fazer no estado um organismo idêntico ao criado pelo Capanema, ao qual ninguém poderá mais tirar o mérito de afinal ter posto em organismo e ação uma ideia desde muito lembrada e desejada” (Andrade, 1981:63).

Tais iniciativas paulistas não causaram reação negativa no Ministério de Educação e Saúde Pública. RMFA apenas enfatizou a necessidade de articular a legislação paulista com a federal; de sua parte, Capanema resolveu apressar o encaminhamento do anteprojeto elaborado por Rodrigo — que ainda estava em análise em seu gabinete —, à Câmara dos Deputados, após submetê-lo rapidamente à aprovação de Vargas. Assim, em 15/10/1936, o anteprojeto iniciou

9. O ‘simples item’ a que Mário se referiu era o art. 180 do Ato 1.146 de Consolidação da Organização Geral da Prefeitura, de 04/07/1936: “Compete ao Diretor superintender a todos os serviços do Departamento e especialmente traçar, organizar e fazer executar o plano geral do tombamento e defesa do patrimônio artístico e histórico do Município;...” (grifo nosso).

sua morosa tramitação na Câmara — que duraria aproximadamente um ano (Andrade, 1987:122).

A primeira vitória para a efetiva institucionalização do SPHAN foi a inclusão do órgão em um projeto de reorganização interna do MESP que já estava em andamento na Câmara, e que foi aprovado em 13 de janeiro de 1937: a lei 378 (Andrade, 1952:59)<sup>10</sup>. Porém, esta lei ainda era insuficiente quanto à efetiva regulamentação das atividades do Serviço, que

dependia da aprovação do anteprojeto de lei enviado à Câmara em outubro de 1936.

Uma vez incluído o SPHAN na estrutura do MES, RMFA empenhou-se em colocar em funcionamento o novo órgão — o qual, sendo de âmbito nacional, reclamava colaboradores estaduais, ou pelo menos regionais. Após várias sugestões de nomes, ficou acertado que Mário de Andrade seria o representante do SPHAN em São Paulo (Andrade, 1981:66).

## A CAMPANHA “CONTRA O VANDALISMO E O EXTERMÍNIO”

Com seu entusiasmo habitual, e a despeito da sua intensa atividade no DMC, Mário, imbuído da nova função, começou a realizar excursões exploratórias para reconhecimento do patrimônio paulista, sempre em companhia de Paulo Duarte. Tais viagens contaram com o decisivo apoio logístico do prefeito de São Paulo, Fábio Prado, que, para tanto, cedeu um automóvel municipal (Andrade, 1981:72-3). A “primeira viagem em torno da Capital”, feita pela dupla, teve lugar em 05/06/1937, passando por São Roque, Embu, Carapicuíba, Cotia e São Miguel e serviu de base para o artigo “Contra o vandalismo e o extermínio”, de Paulo Duarte, publicado no jornal *O Estado de São Paulo* em 11/06/1937. O artigo configura-se como o início de uma campanha voltada à preservação do patrimônio paulista, que teria continuidade com artigos escritos por outros intelectuais, denunciando o estado de incúria em que se encontrava o patrimônio paulista (Andrade, 1981:70).

Na abertura do artigo, Duarte destacava a recente criação do SPHAN, no âmbito do MES, e a nomeação de Mário para o órgão: “Mário de Andrade, nomeado pelo Ministério da Educação, seu delegado em São Paulo para o tombamento dos monumentos históricos sobre os quais, de acordo com legislação recente, a União tem de velar, convidou-me a

acompanhá-lo nas excursões que, para esse fim, principiou” (Duarte, 11/06/1937:7).

Ao final, após criticar padres de paróquias isoladas, reparos e reformas mal orientadas, e venda de objetos sacros, Duarte enfatizou os princípios modernos da Constituição de 1934, que preconizava a primazia do interesse público sobre o particular: “Aí está uma constituição votada em 1934, toda ela moldada em princípios modernos que exigem mesmo o sacrifício de grande parte do interesse individual pelo da coletividade. Esta mesma Constituição obriga a União, os Estados e os Municípios a zelarem pelas suas coisas históricas”.

O artigo se concluía numa convocação que evocava a recente mobilização paulista para a Revolução de 1932: “Chegou o momento de S. Paulo levantar-se novamente, mas desta vez contra o vandalismo e o extermínio de suas joias, vencendo definitivamente a barbárie de iconoclastas mercenários ou inconscientes”.

O conjunto de artigos intitulados “Contra o vandalismo e o extermínio” tinha o objetivo de preparar a opinião pública para a proposta de criação do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico de São Paulo — DPH, cujo projeto de lei foi encaminhado à Assembleia Legislativa paulista em 06/10/1937.

10. A Lei 378 também mudou o nome do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), que passou a chamar-se Ministério da Educação e Saúde (MES).

## O ESTADO NOVO

Assim, em outubro de 1937, o quadro parecia alvissareiro para a institucionalização da proteção ao patrimônio brasileiro. Duas propostas convergentes em seus objetivos competiam pela primazia de aprovação: no nível federal, a votação definitiva do projeto de lei regulamentando a atuação do SPHAN “estava incluída na ordem do dia da sessão de 10/11/1937, para discussão única”; no estado de São Paulo, o projeto de lei criando o DPH encontrava-se em discussão na Assembleia Legislativa.

No entanto, no mesmo dia em que estava prevista a votação do SPHAN, sobreveio o golpe de estado que dissolveu o Congresso Nacional. Como apontou o próprio RMFA, “dessa vez, no entanto, a dissolução do parlamento não retardou mais por muito tempo a promulgação da lei reclamada” (Andrade, 1952:58); ao contrário, pareceu até mesmo agilizá-la — se não viabilizá-la, já que em 30/11/1937 a peça jurídica foi aprovada como Decreto-lei 25, oficializando a existência do SPHAN.

Evidentemente, o golpe teve o efeito oposto no projeto paulista: não só o departamento proposto não chegou a ser aprovado, como a atividade legislativa foi suspensa, e teve início um regime ditatorial que prejudicou o quanto pode as iniciativas culturais paulistas em curso. Mário de Andrade deixou o cargo no

DMC e autoexilou-se no Rio de Janeiro, onde contou com a ajuda de Capanema para encontrar colocação no MES — não no SPHAN, como pretendia, mas no Instituto Nacional do Livro. O deputado Paulo Duarte foi obrigado a exilar-se no exterior.

A criação definitiva do SPHAN após o golpe de 1937 pôs fim, também, às atividades de preservação que o MHN estava realizando em Ouro Preto, no período em que o novo Serviço estava sendo paulatinamente organizado. De fato, no que tange aos monumentos nacionais, as atribuições preservacionistas do MHN cessaram no início de 1938, sem que tenha havido qualquer interação entre o museu e o SPHAN, no período de sua coexistência, num evidente indício de antagonismo — ou, no mínimo, incompatibilidade — política. Tal situação fica evidente perante a constatação de que, no *Guia de Ouro Preto* publicado pelo SPHAN em 1938, nenhum crédito pelas obras de restauração da cidade tenha sido atribuído ao MHN ou a seu diretor, mas apenas à “Inspetoria de Monumentos Nacionais” — órgão inexistente, como vimos — e ao engenheiro Epaminondas de Macedo. Não obstante, Gustavo Barroso foi indicado para o Conselho Consultivo do SPHAN — instância decisória máxima do órgão — desde sua criação, numa espécie de compensação pelo seu papel político vinculado ao Partido Integralista.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tal seria, portanto, uma sucinta apreciação do processo de institucionalização de uma sensibilidade preservacionista no Brasil, a confluir na criação do SPHAN. Olhada à distância, a partir da ótica das iniciativas oficiais, e diante da conspícua ausência de mobilizações mais amplas em torno da questão, esta trajetória evidencia muito mais o desenrolar de interesses políticos que se valeram da emergência de uma tal sensibilidade como um dos meios para alcançar fins variados — entre os quais a criação do SPHAN figurou apenas marginalmente.

Trata-se de uma década turbulenta da vida nacional, que se inicia sob a égide uma guerra civil — a Revolução Constitucionalista de 1932 — e segue subvertendo a ordem política e social estabelecida na Primeira República. Em tal cenário, não é de admirar que questões ligadas à preservação do patrimônio tenham ficado em segundo plano, por parte da sociedade civil; e tenham assumido importância, no plano das articulações políticas.

Neste cenário, chama a atenção o quão disseminado era o expediente de ampliar, às vezes de forma

significativa, as atribuições de órgãos públicos sem a estrutura funcional, jurídica e orçamentária necessária para a adequada consecução das novas funções — operação tipicamente populista. Isso ocorreu no caso da ampliação das atribuições do MHN, na inclusão do tombamento entre as competências do DMC, propostas por Mário, e na inclusão do SPHAN no organograma do MES. Evidentemente, trata-se de uma manobra visando acomodar interesses políticos, sem enfrentar o ônus dos embates por recursos orçamentários e de pessoal.

Chama a atenção, também, o atento acompanhamento do Ministro Gustavo Capanema em relação a várias iniciativas culturais em curso em São Paulo, manifesta nas várias tentativas de arrebanhar o renitente intelectual paulista Mário de Andrade para as hostes federais — o que acabou por acontecer de maneira emergencial, por iniciativa do próprio Mário, diante

das dificuldades impostas ao funcionamento do Departamento Municipal de Cultura de São Paulo pelo regime Vargas após o Estado Novo.

E, principalmente, avulta a importância assumida pela preservação do patrimônio como capital político, a ser utilizado como um dos meios de angariar apoio pelo governo central. Esta nova dimensão da questão passa ao largo das interpretações focadas na sedução estética e identitária da intelectualidade brasileira pelo barroco mineiro — pedra de toque dos estudos a respeito —, para evidenciar motivações muito mais imediatistas e pragmáticas; e que, por isso mesmo, lograram êxito, ao menos num momento inicial. Tal êxito inicial traduziu-se mais tarde, porém, num grande isolamento do SPHAN e perda de sua capacidade mobilizadora da sociedade, que estão entre as causas mais profundas das dificuldades de que até hoje se ressentem as atividades preservacionistas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Mário — *Mário de Andrade: Cartas de Trabalho*. Brasília: SPHAN-Fundação Pró-Memória, 1981.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de — *Rodrigo e o SPHAN*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura: Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

\_\_\_\_\_ — *Brasil: Monumentos Históricos e Arqueológicos*. México, D.F.: Instituto Panamericano de Geografia e História, 1952.

BANDEIRA, Manuel — *Guia de Ouro Preto*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1938.

BARROSO, Gustavo — “Documentário da ação do Museu Histórico Nacional na defesa do patrimônio tradicional do Brasil”. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Volume V (1955), 21-169.

MEC/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA — *Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma Trajetória*. Brasília: MEC/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1980.

CALIL, Carlos Augusto Machado — “Sob o Signo do Aleijadinho”. VVAA — *Patrimônio: Atualizando o Debate*. São Paulo: 9º. SR/IPHAN, 2006, pp. 79-90.

DUARTE, Paulo — “Contra o vandalismo e o extermínio”. *O Estado de São Paulo* (7 de outubro de 1937), 35-46.

\_\_\_\_\_ — “Contra o vandalismo e o extermínio”. *O Estado de São Paulo* (11 de junho de 1937), 7-16.

KESSEL, Carlos — *Entre o Pastiche e a Modernidade: Arquitetura Neocolonial no Brasil*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002 (Tese de Doutorado).

LIMA, Kleverton Teodoro de — *Ouro Preto: da Cidade-Memória à Cidade-Monumento (1897-1937)*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2015 (Tese de Doutorado).

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan — *Neocolonial, Modernismo e Preservação do Patrimônio no Debate Cultural dos anos 1920 no Brasil*. São Paulo: Edusp:Fapesp, 2011a.

\_\_\_\_\_ — “Ricardo Severo e o debate preservacionista no Brasil”. *Actas do Simpósio Patrimônio em Construção — Contextos para a sua preservação*. Lisboa: LNEC, 2011b, pp. 159-166.

VARGAS, Getúlio — *Diário*. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995.